

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.443 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

Paulo Souto quer proibir hospital de cobrar caução de filiado a plano de saúde



CAE estuda fim da caução para quem tem plano de saúde

PÁGINA 5

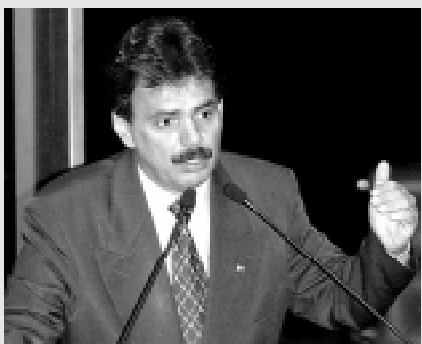
Geraldo Melo deu parecer favorável ao acordo entre países sul-americanos



Acordo de extradição com cinco países vai a exame na CRE

PÁGINA 7

Ademir Andrade pretende ampliar a utilização de energia solar



Projeto estabelece diretrizes para uso de fontes energéticas

PÁGINA 3

Parente avalia resultados do racionamento de energia

PÁGINA 3

Senado começa a discutir a flexibilização da CLT

Comissões realizam audiência pública com a presença de magistrados e sindicalistas para analisar o projeto, que tramita em regime de urgência

As Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania realizam audiência pública conjunta amanhã, às 9h, para debater o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho. A proposta do governo, já aprovada pela Câmara dos Deputados, tramita em regime de

urgência. Estão convidados para a audiência o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Hugo Cavalcanti Melo Filho, e dirigentes de entidades sindicais.

PÁGINA 3



Plenário deve votar amanhã medida que fortalece CVM

A medida provisória que reforça a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para permitir maior fiscalização do mercado de capitais deve ser votada amanhã pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 3

Um dos principais assuntos do Plenário nesta semana deve ser o fortalecimento da fiscalização do mercado de capitais

Redução da maioria penal será analisada pela Comissão de Segurança

Proposta que reduz a maioria penal para 16 anos, quando houver reincidência no crime e amadurecimento intelectual e emocional, vai a exame no grupo de trabalho que estuda a prevenção da violência.

PÁGINA 4

Comissão vota indicações para tribunais

As indicações do tenente-brigadeiro do ar Henrique Souza, para o Superior Tribunal Militar (STM), e do juiz Renato Lacerda Paiva, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), serão votadas nesta quarta-feira, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Bernardo Cabral solicitou homenagem ao jornal que completa 50 anos

Homenagem à "Tribuna da Imprensa"

A passagem dos 50 anos do jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado pelo jornalista Carlos Lacerda, deverá ser comemorada, no próximo mês, em sessão especial do Senado. A homenagem foi solicitada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que se comprometeu a marcar a data da solenidade com o jornalista Hélio Fernandes, que dirige o jornal.

Durante a sessão plenária de sexta-feira, Cabral agradeceu o empenho do senador Edison Lobão (PFL-MA) em dar andamento ao seu requerimento, aprovado enquanto Lobão exercia a presidência da Casa. "Era preciso uma homenagem para resgatar a trajetória desse grande jornal brasileiro", assinalou o senador do Amazonas.

Esporte pode ganhar subcomissão permanente

Sugerido pela comissão parlamentar de inquérito que investigou o futebol, o colegiado deverá examinar programas e políticas para o setor

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã, às 11h30, requerimento que propõe a criação da Subcomissão de Desportos em caráter permanente. Sugerida pela comissão parlamentar de inquérito que investigou o futebol, o colegiado deverá examinar programas, planos e políticas governamentais instituídos para o setor desportivo no país.

A CPI do Futebol votou o relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), com 1.600 páginas, no final do ano passado. O resultado dos trabalhos foi considerado pelo presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR), "um marco na história do futebol brasileiro". Além de apurar denúncias contra vários dirigentes esportivos, a CPI elaborou propostas de legislação para o setor.

BOLSAS

Outra matéria a ser analisada pela Comissão de Educação, de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), modifica a lei que estabelece o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino

Superior, para dar prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes. O projeto, que recebeu parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), determina prioridade na concessão de bolsas de estudo aos negros por instituições de ensino classificadas como entidades filantrópicas.

Serão analisados ainda substitutivo ao projeto que denomina Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues o aeroporto de Palmas. Pode ser votado também pela comissão projeto que altera dispositivos da lei que trata do controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma. As propostas de criação de um programa de orientação sexual, de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas, e de instituir o Dia Nacional da



Geraldo Althoff foi autor do relatório de 1.600 páginas da CPI do Futebol

Defensoria Pública também constam da pauta da CE, assim como 18 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de rádios e TVs em várias cidades do país.

A comissão vota ainda projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que amplia o espaço dedicado a produções regionais nas emissoras de TV e rádio.

José Serra comunica retorno ao Senado

O senador José Serra (PSDB-SP) enviou ofício ao presidente do Senado, Ramez Tebet, informando ter deixado o cargo de ministro da Saúde e reassumido suas funções como senador da República. O ofício de Serra foi lido na abertura da sessão plenária de sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), então na presidência dos trabalhos, e encaminhado à publicação no *Diário do Senado*.

Lobão deu também ciência ao Plenário de comunicado formal



José Serra enviou ofício ao presidente do Senado informando que reassume funções

recebido pela Mesa diretora, de autoria do senador Wellington Roberto, da Paraíba, que informou

seu desligamento do PMDB e sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Amanhã

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 8/01, altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; PDL nº 277/01, aprova permissão à Fundação Educativa Apoio para executar serviço de radiodifusão sonora em FM em Sobradinho (DF); PDL nº 425/01, aprova o ato que outorga concessão à Emissora Vale do Apodi Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apodi (RN); PDL nº 459/01, aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Rotoneer Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba (PR); e Requerimento nº 711/01, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; PLS nº 23/98-Complementar, autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; Parecer da CRE sobre a Mensagem nº 222/01, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Joaquim Luis Cardoso Palmeiro para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Líbia, exercer a de embaixador do Brasil junto à República de Malta; Parecer da CRE sobre a Mensagem nº 250/01, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Jório Salgado Gama Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à África do Sul, exercer o de embaixador do Brasil junto à República de Maurício; PDL nº 359/01, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Clarim de Palmas Ltda para explorar rádio FM na cidade de Paracuru (CE); e Requerimento nº 727/01, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 5/00, seja ouvida, também, a CAE.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Entre outros, PLS nº 137/92, fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição federal; PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais; e PDL nº 315/01, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montanhês FM Stéreo Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM na cidade de Campos Gerais (MG).

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Infra-Estrutura vai examinar diretriz para uso de energia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 15h, para analisar sete projetos, dentre eles o que institui diretrizes para a utilização de fontes energéticas a serem observadas pelos municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano. O projeto, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), estabelece que nas políticas de desenvolvimento urbano municipais constem normas estabelecendo a obrigatoriedade da utilização de energia solar nas



Ricardo Santos tem parecer favorável ao projeto

instalações hidráulicas das edificações privadas e públicas de uso coletivo.

Conforme a proposta, essa diretriz deverá ser determinante para municípios com mais de 20 mil habitantes e facultativa para os demais, cabendo às próprias administrações municipais a decisão sobre estender ou não a obrigatoriedade às residências unifamiliares. O relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), é favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Comissão mista recebe ministro Pedro Parente

A Comissão Mista Especial da Crise de Energia recebe amanhã o ministro Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Parente vai fazer avaliação do período de racionamento, que termina no próximo dia 28. A reunião da comissão está marcada para as 18h.

O fim do racionamento não encerra os trabalhos da comissão. Até abril, prazo previsto para entrega do relatório final, ela continua a se debruçar na busca de soluções permanentes para o au-



Paulo Souto deve propor aumento de geração de energia

mento do potencial de geração de energia elétrica do país. O relatório final deve destacar essas soluções, segundo informou o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), inclusive com o desenvolvimento de formas alternativas de geração, para evitar futuras contenções forçadas de consumo.

Ao longo do segundo semestre do ano passado, a comissão recebeu especialistas e autoridades para discutir saídas para a crise de geração de energia.

CCJ vota emendas à reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma nesta quarta-feira, a partir das 10h, o exame e a votação das emendas apresentadas ao parecer do relator da reforma do Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Do total de emendas oferecidas, 22 foram acolhidas integralmente, sete acolhidas em parte e uma acolhida na forma de subemenda do relator. Ao todo, a CCJ já rejeitou um total de 102 emendas, seis delas por inconstitucionalidade.

Uma das emendas que podem ser votadas nesta quarta, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), institui os juizados de instrução criminal, responsáveis pela investigação de crimes con-

siderados de relevância social, conforme definição a ser dada pela legislação ordinária. A idéia do senador é criar um procedimento específico para delitos cometidos por quadrilhas especializadas, que seriam investigados diretamente pelo Poder Judiciário.

— O inquérito policial, que é peça informativa, com a participação do representante da sociedade no sistema judiciário, o promotor ou procurador de Justiça, ganha mais força e agiliza a instrução criminal, culminando com o julgamento mais rápido do processo — avalia Simon.

A emenda tem parecer favorável do relator da reforma do Judiciário, Bernardo Cabral.

Senadores debatem em audiência reforma da CLT

Discussão é promovida pelas comissões de Justiça e de Assuntos Sociais, e terá presença do presidente do TST e dirigentes sindicais

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promovem amanhã, a partir das 9h, audiência pública destinada a debater o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho. A proposta permite a negociação dos direitos trabalhistas dos empregados, desde que não contrarie a legislação tributária e previdenciária, a lei do FGTS, a lei do vale-transporte e do programa de alimentação do trabalhador e as normas de segurança e saúde. Entre as questões contidas no projeto que são passíveis de negociação estão a redução do salário, das férias e do repouso semanal, e o parcelamento do 13º salário.

Para discutir o projeto, que já foi aprovado pela Câmara dos Depu-



Romeu Tuma é o presidente da Comissão de Assuntos Sociais

tados, foram convidados o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto; o presidente da Central Única dos Trabalhadores, João Felício; o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos; e o

presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Hugo Cavalcanti Melo Filho.

Defensor da tese de que o governo deveria retirar a urgência do projeto para facilitar a discussão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a proposta não conta com o apoio da sociedade, nem mesmo tem o consenso dos parlamentares da base governista. Ele acredita que a matéria será rejeitada.

Em contrapartida, o relator da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), considera que a proposta do governo visa adequar as leis à realidade atual. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, afirmou que até abril a matéria será apreciada pelo Plenário.

CAS discute redução de nicotina no cigarro

Projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros será examinado na quarta-feira, a partir das 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais. O parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), é favorável à matéria.

A proposta determina que os cigarros de tabaco produzidos e

comercializados no país conterão, no máximo, um miligrama de nicotina, dez miligramas de alcatrão e oito miligramas de monóxido de carbono na corrente principal da fumaça. Estes limites deverão ser reduzidos à metade em cinco anos. Atualmente, os teores de nicotina variam entre 0,6 e 1,4 miligrama, e os de alcatrão entre seis e 17,1 miligramas.

Também deverá ser analisado

o parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) favorável ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que altera a CLT, autorizando o não comparecimento ao serviço para a procura de parente desaparecido. O empregado poderá faltar ao serviço por até 15 dias no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.

Medida que fortalece CVM será votada amanhã

O Plenário do Senado vota amanhã a Medida Provisória nº 8, que estabelece novos mecanismos de fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a fim de intensificar a fiscalização das empresas de capital aberto e dos investidores do mercado de capitais, segundo impõe a nova Lei das Sociedades Anônimas.

De acordo com a medida provisória, a CVM passará a dispor de orçamento próprio e mais independência para fiscalizar o mercado, adquirindo autonomia administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade para seus dirigentes. Com isso, os futuros

dirigentes da CVM somente perderão o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial ou processo administrativo.

Na quarta-feira, o Plenário vota projeto de lei autorizando o Executivo a incluir os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Riachinho, Uruana de Minas e Urucuaia, todos situados em Minas Gerais, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Em primeiro turno, também na quarta-feira, os senadores votam proposta de emenda à Constituição criando mais dois Tribunais Regionais Federais — o da

6ª e o da 7ª Regiões. Com sede em Curitiba (PR), o da 6ª Região terá jurisdição sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O da 7ª Região terá sede em Belo Horizonte e jurisdição sobre Minas Gerais e Espírito Santo.

Quinta-feira será votado projeto vinculando a formação, especialização e atualização do pessoal de saúde às necessidades identificadas pelo próprio setor, a fim de corrigir distorções e equilibrar a alocação desses profissionais nas diversas regiões do país. O texto recebeu parecer favorável das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Comissão de Segurança debate maioria penal

Também será estudada pelos parlamentares proposta do senador Arlindo Porto restringindo a concessão do benefício da regressão da pena no caso de crime cometido com uso de violência

Carlos Wilson sugere crédito para policial ter casa própria

Projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) propõe que a Caixa Econômica Federal (CEF) destine pelo menos 10% dos financiamentos concedidos para aquisição de casa própria a policiais militares e civis de todo o país.



Projeto de Carlos Wilson autoriza linha de crédito da CEF

Conforme a proposta, a CEF ficaria autorizada a criar linha de crédito especial para atender os policiais. Ao justificá-la, Carlos Wilson ressaltou a crise institucional por que passa a segurança pública no país. Para ele, parte da crise é proveniente da desvalorização dos policiais, tanto nas condições de trabalho quanto de vida.

Nabor: unificação deve passar por plebiscito

Um dos mais polêmicos temas no atual debate sobre segurança pública, a questão da unificação das polícias civis e militares, deve, no entender do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ser submetido a plebiscito. Ele apresentou, nesse sentido, projeto de decreto legislativo, que está na Comissão de Constituição e



Nabor justifica proposta pelo impacto da unificação

Justiça (CCJ). A consulta à população seria feita ainda este ano, simultaneamente com as eleições de 6 de outubro. Quando se dirigissem às cabines para votar, os eleitores também responderiam sim ou não à medida.

De acordo com o senador, o plebiscito se justifica pelo impacto de uma possível unificação. "É uma providência que, se vier a ser adotada, representará a mais profunda mudança nas ações policiais já verificada em toda nossa história", afirma.

A diminuição da maioria penal, de 18 para 16 anos, é uma das 246 propostas que constam da pauta da Comissão Mista de Segurança. Na verdade, a proposta de emenda à Constituição, de autoria do ex-senador José Roberto Arruda, estipula novos critérios para a definição da maioria penal, além do meramente biológico, presente na legislação atual. Hoje, são penalmente imputáveis apenas os maiores de 18 anos.

A proposta determina que os menores de 18 anos e maiores de 16 podem ser punidos quando reincidentes e se constatado seu amadurecimento intelectual e emocional. A matéria deverá ser analisada pelo grupo de trabalho

responsável por estudar medidas preventivas de combate à violência.

Também consta da pauta da comissão iniciativa do senador Arlindo Porto (PTB-MG) restringindo a concessão do benefício da regressão do regime da pena. A Lei de Execução Penal, em vigor desde 1984, determina que a pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, depois do cumprimento de pelo menos um sexto da pena. Por considerar a

Senadores da Comissão Mista de Segurança	
PMDB	Bloco PSDB/PPB
Iris Rezende (GO)	Geraldo Melo (RN)
Maguito Vilela (GO)	Artur da Távola (RJ)
Pedro Simon (RS)	Lúcio Alcântara (CE)
Amir Lando (RO)	Berício Sampaio (PI)
João Alberto (MA)	
Renan Calheiros (AL)	Bloco Oposição
PFL	Roberto Freire (PE)
Romeu Tuma (SP)	Sebastião Rocha (AP)
Edison Lobão (MA)	Geraldo Cândido (RJ)
Bernardo Cabral (AM)	PSB
Moreira Mendes (RO)	Ademir Andrade (PA)
PTB	PL
Arlindo Porto (MG)	José Alencar (MG)

Mauro Miranda quer mais rigor contra prevaricação

O crime de prevaricação deve ser punido de forma exemplar, dentro da estratégia que o país vem montando no combate ao crime – defendeu o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), autor de projeto de lei com esse objetivo. O senador propõe alteração do Código Penal de modo a punir com as penas de detenção, de um a três anos, e multa o agente público que retardar ou deixar de praticar "ato de ofício", ou que vier a praticá-lo contra disposição expressa em lei. O desejo do senador é impedir que autoridades encarregadas da aplicação da lei procurem retardar ou sobrestar o andamento dos processos, para, com isso, favorecer criminosos.

"A prevaricação – diz Mauro Miranda – está na raiz da impunidade. Prevaricador é o burocrata, o investigador, o delegado, o procurador, o juiz, o ministro que retarda ou extravai deliberadamente, ou arquiva indevidamente, inquéritos judiciais, policiais, parlamentares, administrativos ou civis públicos, com a finalidade de proteger os corruptos e garantir que eles permaneçam livres, aptos para novos ataques aos cofres públicos, à or-

dem econômica e financeira, ao bem-estar da população e à boa fé do povo", salienta.

Mauro Miranda disse ter recebido com entusiasmo a informação de que o seu projeto de lei estava listado entre as medidas que serão avaliadas pela Comissão Mista de Segurança.



Para Mauro Miranda, a prevaricação está na raiz da impunidade

Citando o antropólogo e escritor Roberto da Matta – para quem, ao contrário dos livros e filmes policiais, as histórias reais brasileiras, nesse terreno, raramente chegam ao fim e quase nunca os culpados são punidos, principalmente no caso de criminosos de colarinho branco –, Mauro Miranda lembrou que o exemplo, para a sociedade, deve vir de cima.

– A generalizada impunidade que grassa em nosso país leva muitos cidadãos a perderem a fé nas instituições policiais e judiciais e a desprezar as autoridades encarregadas de aplicação da lei – disse o senador, ao assinalar que, por causa desse clima, a sociedade brasileira encontra-se hoje "dilacerada por uma onda de crime e de violência inérita e sem freios".

Polícia precisa ser bem remunerada, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse na sexta-feira, em Plenário, que não será possível combater seriamente a verdadeira epidemia de violência que tomou conta do país se não houver uma substancial melhoria dos níveis de salários dos policiais militares e civis. Atualmente, segundo o senador, es-



Segundo Francelino, questão salarial dos policiais é prioritária

ses profissionais não recebem remuneração digna nem estímulo profissional. "Os policiais estão vivendo hoje miseravelmente, na pobreza e no abandono, tendo de conviver com criminosos e, desse modo, terminam participando de crimes" – assinalou.

Francelino disse que a sociedade está descrente das soluções que vêm sendo apresentadas para o combate à violência, inclusive pela Comissão Mista de Segurança do Congresso Nacional. "A ação do Congresso não se ajusta ao que a sociedade exige de nós" – afirmou, após lamentar que a comissão não tivesse reunião no final de semana, para ganhar tempo e mostrar que está compreendendo a urgência do problema.

Para Francelino, a comissão mista deve, de imediato, apresentar propostas concretas para o combate à violência, "mostrando que tem

respeito pela sociedade". A questão salarial dos policiais, disse, deve ser atacada em primeiríssimo lugar.

– São evidentes a insegurança e a insatisfação da sociedade diante do fato de criminosos de alta periculosidade poderem facilmente, após o cumprimento de somente um sexto da pena, gozar dos benefícios do regime semi-aberto e voltar ao convívio social – disse o senador. O projeto deve ser analisado, na Comissão Mista de Segurança, pelo subgrupo que avalia alterações na Lei de Execução Penal.

– Falo por 18 milhões de mineiros e entendo que em nome de todos os brasileiros também – frisou.

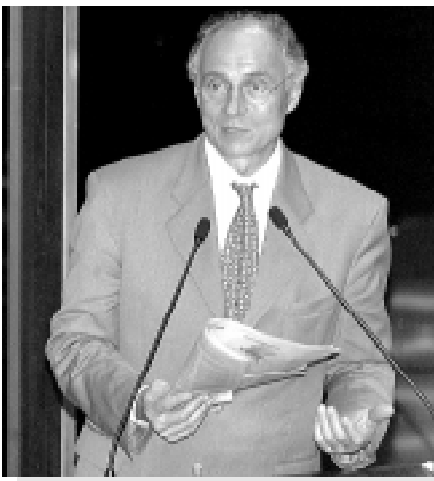
De um momento para outro, segundo Francelino, o Brasil inteiro – particularmente, São Paulo – foi contaminado pelo sentimento de insegurança. E mais grave que esse sentimento – disse – é o de descrença no poder do Estado. Para combater efetivamente o problema e resgatar a confiança da sociedade, entende o senador que as autoridades têm de tomar medidas concretas e urgentes. E a primeira coisa a fazer – enfatizou – é resgatar a profissão do policial, dando-lhe um salário digno para viver com sua família e para exercer suas funções.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse concordar com a necessidade de se dar prioridade à questão salarial dos policiais. Para o senador pelo Tocantins, o problema da criminalidade no Brasil não se deve à falta de legislação para coibi-la, mas sim à má execução de tarefas dos órgãos encarregados da segurança.

Filiado a plano de saúde pode ficar livre de caução hospitalar

Projeto de Paulo Souto, que será examinado amanhã pela CAE, visa acabar com prática que o senador considera abusiva

Em sua primeira reunião deste ano, às 10h de amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutirá projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que proíbe hospitais e clínicas particulares credenciados por planos de saúde de exigirem caução para atender ou internar pessoas filiadas a tais planos. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Suplicy deu parecer favorável ao projeto, afirmando que a exigência é injusta

Paulo Souto sustenta que essa exigência constrange os associados dos planos de saúde, além de ferir o Código de Defesa do Consumidor, pois se caracteriza como prática abusiva. O relator, Eduardo Suplicy, afirma que os associados são obrigados a assinar cheques de caução num momento em que estão fragilizados pela internação hospitalar.

A caução costuma ser exigida para que o hospital garanta o ressarcimento por eventuais procedimentos e medicações que o convênio se recusa a pagar. A proibição, conforme Suplicy, provocará repercussões financeiras insignificantes para os hospitais e acabará com uma situação injusta

praticada há anos.

A CAE debaterá também amanhã projeto de resolução do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que prevê explicações à comissão, por parte do presidente do Banco Central ou de diretor por ele indicado, toda vez que houver reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

O relator, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou substitutivo ao projeto, estabelecendo que quem deve comparecer ao Senado é o presidente do Conselho Monetário Nacional (hoje, o ministro da Fazenda) ou outro integrante

do CMN indicado por ele. A presença ocorrerá duas vezes ao ano – em junho e em dezembro. Parga observa que o Copom na verdade cumpre a política monetária estabelecida pelo ministro da Fazenda e os senadores devem ouvir as explicações dele, e não de quem cumpre sua orientação.

Entre os 13 projetos da pauta da CAE para amanhã, o seu presidente, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), incluiu a discussão de proposta da ex-senadora Luzia Toledo (ES) que transfere para o Fundo Geral de Turismo (Fungetur) a arrecadação proveniente do adicional de 50% sobre a tarifa de embarque internacional, criado em dezembro 1997. Atualmente, a tarifa é usada para amortizar a dívida pública federal, e somou R\$ 101 milhões de janeiro de 1998 a agosto de 1999.

Conforme a autora do projeto, a nova fonte irá reforçar substancialmente o fundo de incentivo às atividades turísticas, que no ano de 2000 recebeu da União apenas R\$ 9,5 milhões. O relator, senador Lauro Campos (PDT-DF), aceitou emenda do senador Moreira Mendes (PFL-RO), destinando 70% do adicional da tarifa à promoção do turismo brasileiro no exterior.

Tião Viana propõe cota para idosos em empregos públicos e universidades

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Tião Viana (PT-AC) estabelecendo que 5% dos cargos e empregos públicos, das vagas em cursos de nível superior e dos contratos de financiamento educacional deverão ser destinados aos idosos, com 60 anos ou mais.

A fixação dessa cota, conforme explica o senador na justificativa da proposta, pode colaborar no equacionamento do problema de caixa da Previdência, além de garantir o cumprimento do dever constitucional do Estado de amparar esse segmento da população, assegurando sua participação na comunidade.

Pela proposta, os idosos brasileiros deverão ter direito a 5% dos cargos e empregos da administração pública direta, indireta e fundacional,

de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Os cursos de nível superior ministrados em qualquer das instituições públicas e privadas de ensino localizadas no território nacional também deverão assegurar 5% das vagas aos idosos. E, do total de contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o mesmo percentual será assinado por maiores de 60 anos.

Outro argumento dado por Tião Viana em favor de sua proposta é o de que as últimas pesquisas populacionais revelam redução sensível na taxa de natalidade e aumento significativo na expectativa de vida dos brasileiros.

— Se hoje elas apontam a existência de cerca de 14 milhões de ido-



Tião Viana salienta que em vinte anos o Brasil contará com a sexta população mais idosa do mundo

dos, o que representa menos de 10% da população do país, também indicam que 35 milhões de pessoas estarão na terceira idade dentro de vinte anos. Assim, o Brasil contará com a sexta população mais idosa do mundo — observou.

Projeto de Maria do Carmo valoriza trabalho voluntário

Aguarda emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que faz os editais de concurso público adotarem, como critério de desempate dos aprovados, a participação do candidato em serviço voluntário.

A senadora argumenta que o Brasil tem assistido, nos últimos anos, ao crescimento do serviço voluntário, o que revela preocupação com atividades características de cidadãos que colocam os interesses da comunidade acima dos individuais.

“Considerando a importância do fato, impõe-se ao poder público estimular e incentivar essa prática, bem como dar adequado reconhecimento aos cidadãos que se dedicam ao trabalho voluntário”, argumenta a senadora na justificativa de sua proposta.

O projeto estabelece que, nos concursos públicos, seja considerado como título ou critério de de-



Maria do Carmo propõe trabalho voluntário como critério de desempate em concursos públicos

sempate a participação do candidato em serviço voluntário.

Maria do Carmo disse ter certeza de que a aprovação da proposta representará passo importante no aprimoramento da lei, contribuindo também para a consolidação da tendência de crescimento do trabalho voluntário no Brasil, com todas as conseqüências benéficas que disso advirá.

Valadares quer alimentação como direito constitucional

A alimentação poderá ser incluída entre os direitos sociais assegurados pela Constituição, na qual já estão listados a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo, apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Valadares lembra que o direito à alimentação foi reconhecido pela ONU em 1993, com o voto favorável do Brasil. Garantir esse direito na Constituição brasileira, em sua opinião, confirmará o voto dado no organismo internacional e demonstrará que o país não permite que um cidadão morra em seu território por falta de um prato de comida.

Na justificativa da proposta, o senador citou Jean Ziegler, relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, para quem há um genocídio silencioso num planeta que pode dar de comer ao dobro de sua população.

Conforme Valadares, a economia mundial produz alimento suficiente para 12 bilhões de pessoas, o que significa duas vezes a população atual do planeta, enquanto morrem



Valadares lembra que o direito à alimentação foi reconhecido pela ONU em 1993

de fome mais de 100 mil pessoas por dia. O senador também observou que 1/3 da população brasileira é mal nutrida, enquanto 9% das crianças morrem antes de completar 1 ano de vida. afirmou ainda estar provado cientificamente que a fome crônica reduz a capacidade de aprendizado das crianças, diminuindo o rendimento escolar.

Valadares explicou que sua proposta não tem o objetivo de forçar uma distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou motivação. “A principal finalidade é assegurar aos segmentos mais pobres da população o estabelecimento de políticas públicas consistentes, que evitem a fome e a miséria, e que assim cada brasileiro possa usufruir de uma alimentação adequada à sobrevivência”, afirmou.

Educação analisa mudança nas regras para estágio

Proposta de Ademir Andrade estabelece duração máxima de dois anos para a atividade e seguro contra acidente de trabalho

Retirado de pauta por falta de consenso, projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que altera a legislação reguladora de estágios deve ser analisado amanhã pela Comissão de Educação (CE). Embora tenha dado parecer favorável à matéria, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) tem reservas quanto a algumas medidas propostas pelo autor, como a concessão de férias remuneradas de 30 dias e o pagamento de bolsa mensal fixada com base no salário mínimo.

Em contrapartida, Camata concorda com Ademir quanto ao tempo de duração máxima do es-



Ademir propõe férias remuneradas de 30 dias para os estagiários

tágio: dois anos. "A limitação do período de estágio visa inibir a tentativa de algumas empresas de explorar os estudantes para funções outras que não se relacionem com sua área, por prazo indeterminado", explicou Ademir na justificativa ao projeto.

A proposta de Ademir prevê o acesso à prática do estágio aos alunos vinculados a instituições de ensino superior, profissional, especial e médio com formação profissionalizante. Além de deixar clara a inexistência de vínculo empregatício de qualquer natureza, o projeto determina que as atividades desenvolvidas no estágio sejam compatíveis com a linha de formação do estudante.

Entre os benefícios previstos para o estagiário, figuram ainda seguro contra acidente de trabalho e a possibilidade de dispensa do estágio durante o período de realização de provas escolares.

Para o senador, esse processo se faz em detrimento das práticas culturais locais, dos gostos e tradições populares, sufocando valores e interesses das comunidades pequenas.

Pauta inclui estímulo a programa regional

As emissoras de televisão deverão dedicar à veiculação da cultura local e regional 30% da programação transmitida entre as 18h e as 22h e as de rádio deverão seguir a mesma regra entre as 6h e as 18h. Isso é o que prevê substitutivo do senador Casildo Malda-



Antero: redes de rádio e TV destroçam tradições da comunidade

ner (PMDB-SC) a projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que está na pauta da reunião da Comissão de Educação (CE) de amanhã.

O projeto modifica dispositivos do Código Brasileiro de Telecomunicações, de agosto de 1962. O

texto original previa que 50% da programação transmitida naqueles horários deveria ser reservada à cultura local e regional. Em sua justificativa, Antero Paes de Barros argumenta que a Constituição prevê que a produção e a programação das emissoras de rádio e TV darão preferência a finalidades educativas e culturais, com ênfase na regionalização da produção cultural e artística.

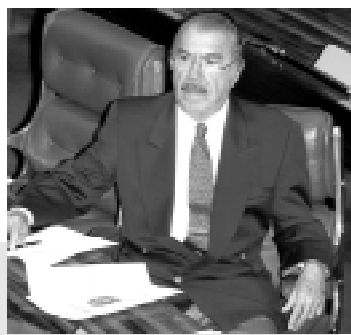
— No afã de preservar sua lucratividade, as redes de rádio e televisão vêm destroçando os costumes e tradições da comunidade,

em favor das influências advindas dos grandes centros nacionais e internacionais — observa.

Antero explica que a facilidade crescente da telecomunicação propiciou a criação de um circuito nacional de rádio, e principalmente de televisão, no Brasil, transformando as emissoras regionais em meras repetidoras daquelas sediadas nas capitais, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Para o senador, esse processo se faz em detrimento das práticas culturais locais, dos gostos e tradições populares, sufocando valores e interesses das comunidades pequenas.

O projeto estabelece multa, variável de R\$ 1.000 até R\$ 20.000, para os infratores da lei.



José Sarney é o autor da proposta que criou a subcomissão

produz anualmente 400 milhões de exemplares, o que a coloca entre as oito maiores do mundo.

Bancada do Livro discute indústria editorial do país

A Comissão de Educação (CE) decidiu na semana passada instituir uma instância específica para discutir os problemas da indústria editorial do país. A subcomissão, já conhecida como Bancada do Livro, foi criada a partir de proposta do senador José Sarney (PMDB-AP) e será integrada por 11 parlamentares.

Entre as questões que serão discutidas pela Bancada do Livro,

destacam-se as relacionadas com autoria, editoração, publicação e distribuição de livros.

A idéia de Sarney é mobilizar setores do Congresso Nacional para a necessidade de que sejam desenvolvidas as potencialidades culturais do país. O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aplaudiu a iniciativa.

A indústria editorial brasileira

Proposta de Bezerra altera horário da "Voz do Brasil"

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE) examinam projeto de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) autorizando as emissoras de rádio a escolherem a hora em que transmitirão o programa *Voz do Brasil*. Na CE, a matéria terá decisão terminativa, ou seja, só será apreciada pelo Plenário caso haja pedido de algum senador.

O projeto amplia o período

em que as emissoras poderão veicular o programa, seja no horário tradicional, às 19h, integrado em cadeia nacional, seja em horário a ser escolhido entre as 20h e as 22h. A emissora poderá também transmitir, durante a programação diária, trechos de dez a trinta minutos do programa.

Criado em 1937, o programa *Voz do Brasil* é retransmitido por 3 mil emissoras e tem índice de audiência em torno de 5%.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Lúcio Alcântara e a deputada federal Zulaiê Cobra falam sobre segurança pública
7h30 — *Entrevista* — O sen. Mauro Miranda fala sobre segurança pública
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Concerto para Clarinete e Orquestra
19h30 — *Cidadania* — Analfabetismo funcional
20h30 — *Entrevista* — O sen. Pedro Piva faz balanço das atividades parlamentares
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *As Cores do Mundo* — Programa nº 14

22h — *Teatro Arthur Azevedo* — Causos e canções, com Mário Lago
23h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Concerto para Clarinete e Orquestra

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Heloísa Helena sugere que Estado acolha toda criança necessitada de educação

Proposta de Heloísa beneficia criança até 6 anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) delibera neste semestre sobre proposta de emenda à Constituição da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que obriga o Estado a acolher gratuitamente, em creches e pré-escolas, toda criança necessitada de educação que tenha de zero a 6 anos de idade. O relator da matéria é o senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

No capítulo que trata da educação, a Constituição já assegura a essas crianças creches e pré-escolas, sem mencionar que esse atendimento será gratuito, público e obrigatório, como faz a senadora. Ela argumenta que, na realidade, toda a orientação concernente à educação só é assumida pelo Estado a partir dos 7 anos de idade, sem levar em conta que a base das atitudes e comportamentos de uma criança tem seu início no útero da mãe.

DIGNIDADE

Referindo-se à necessidade de trabalhar-se a educação visando à construção das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais do ser humano, Heloísa Helena considera inadmissível que tais procedimentos sejam assumidos pelo Estado só quando a criança já tem 7 anos.

Na opinião da senadora, a educação infantil não deve ser entregue exclusivamente aos pais ou responsáveis, nem deve limitar-se à oferta de um local de "guarda de crianças" para que as mães trabalhem. No seu entender, a educação infantil oferecida pelo Estado deve constituir-se na oferta de um lugar onde a criança deve conviver para garantir sua inserção na sociedade com dignidade.

Em sua proposta, Heloísa também afirma que a educação infantil tem de ser tratada com prioridade e que deve dispensar-se a ela uma dedicação formal, sistemática, planejada.

Pauta da CRE inclui acordo de extradição com cinco países

Comissão reúne-se amanhã para examinar 16 matérias, entre as quais a que prevê a captura e entrega de foragidos que estejam sendo processados em nações sul-americanas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinará na sua primeira reunião deste ano, às 17h30 de amanhã, 16 acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro, a maioria com países latino-americanos. Um deles prevê a extradição de pessoas entre seis países sul-americanos – Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. Caso seja aprovado, qualquer país poderá solicitar a captura e entrega de pessoas procuradas em seu território, desde que haja processo formal contra o foragido.

O acordo de extradição entre os seis países foi firmado em dezembro de 1998, mas sua efetiva implantação exige que o seu texto seja aprovado pelos parlamentos dos países envolvidos. Um dos artigos do acordo prevê que o país que solicitar a extradição não poderá aplicar a pena de morte ou a

prisão perpétua ao extraditado. O projeto sobre o assunto tem como relator o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que apresentou parecer favorável.

Ainda na área de Justiça, a Comissão de Relações Exteriores apreciará acordo para transferência de presos ou de menores delinquentes entre o Brasil e o Paraguai. Nos últimos anos, a imprensa noticiou que é grande o número de brasileiros condenados no Paraguai, os quais agora poderão pedir para cumprir a pena em território brasileiro. Para a transferência, o presidiário entrará em contato com o consula-



Fernando Matusalém é favorável à transferência de presos entre Brasil e Paraguai

do de seu país na região onde se encontra encarcerado, o qual tomará as providências legais para a volta ao seu país, onde cumprirá o restante da pena. O acordo tem parecer favorável do senador Fernando Matusalém (PPB-RO).

A CRE discutirá ainda outro acordo assinado pelos governos do Brasil e do Paraguai para combater os vôos ilegais de aeronaves entre os dois países, quase sempre transportando contrabando. Pelo acerto, militares brasileiros e paraguaios trocarão informações para interceptar os aviões suspeitos. Militares

dos dois países poderão fazer treinamento conjunto para aprimorar sua capacidade e o acordo prevê inclusive assistência técnica mútua na área de controle de vôos. O relator da matéria é Romeu Tuma (PFL-SP), que apresenta parecer favorável.

Também estará em discussão projeto que autoriza o governo brasileiro a reconhecer a competência do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de racismo no Brasil. O comitê foi criado pela Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial, assinada em 1996. Os 56 países que a assinaram não são obrigados a aceitar as investigações e determinações do comitê, exceto aqueles que assinarem declaração com essa finalidade, a qual é depositada na Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Jefferson, Brasil não deve intervir em conflito colombiano

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Jefferson Péres (PDT-AM), defendeu na sexta-feira a não interferência do Brasil no novo conflito entre as forças militares colombianas e os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Com o anúncio do fim do processo de paz no país vizinho, a força aérea e o exército colombianos iniciaram semana passada investida para recuperar os 42 mil quilômetros quadrados, a chamada zona desmilitarizada, concedida aos guerrilheiros em 1998.

"O Brasil só tem que intensificar a vigilância de suas fronteiras, para que o território não seja violado", disse o senador, alertando para o risco de entrada de colombianos em fuga da guerra ou de movimentação de grupos militares e guerrilheiros no território brasileiro.

O senador lembrou que a Co-

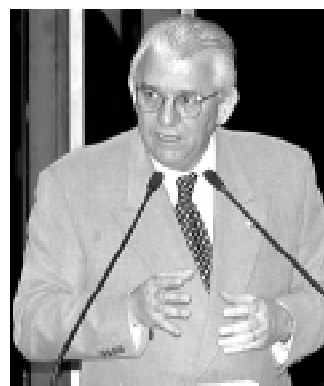


lômbia é um país democrático, com governo legalmente instituído. Então não cabe aos vizinhos questionar as decisões internas do país. "É problema inteiro da Colômbia. Seria impróprio nós criticarmos. Nós não temos nada a ver com isso", afirmou.

Quanto ao apoio norte-americano às operações bélicas contra a guerrilha, Jefferson Péres também não vê risco para o Brasil. "Se os colombianos resolverem aceitar ajuda dos Estados Unidos, isso não nos ameaça de forma alguma."

Moreira defende facilidade de visto para empresários

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) quer modificar a Lei dos Estrangeiros, de forma a permitir que o governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários para viajantes procedentes de países não reconhecidos pelo Brasil, mas cuja entrada seja



Moreira quer facilitar entrada de estrangeiro em viagem de negócios

de interesse recíproco do ponto de vista do governo brasileiro. Ele apresentou projeto nesse sentido, que se encontra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Segundo a proposta, o governo brasileiro poderá conceder visto temporário, pelo prazo máximo de 90 dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

Para o senador, em que pese

ainda a prevalência do sistema clássico de reconhecimento político entre os Estados para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos, é preciso levar em conta hoje que os negócios e interesses econômicos globalizados fazem com

que, muitas vezes, a nacionalidade de origem dos investidores não obedeça aos critérios políticos para o destino de sua aplicação.

Essa hipótese, entende Moreira Mendes, aplica-se ao caso de Taiwan. A China continental, por considerá-la uma província rebelada, exige o seu não-reconhecimento pelos demais países como critério para estabelecer com eles relações políticas. "Obviamente, o poderio da China faz com que a maior parte das demais nações se dobre a essa exigência, inclusive os Estados Unidos", observa o senador na justificativa do seu projeto.

Jefferson Péres quer mais exigências para candidato

Projeto determina que quem concorrer a cargo eletivo terá de apresentar certidões negativas de outras ações, além da criminal

Para concorrer a cargo eletivo, o candidato terá que apresentar uma relação de todas as ações judiciais em que seja réu ou autor, assim como de todos os inquéritos policiais ou administrativos em que esteja indiciado. Projeto nesse sentido, de iniciativa do senador Jefferson Péres (PDT-AM), será examinado brevemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O parlamentar argumenta que, ao listar os documentos indispensáveis para o registro de uma candidatura, a Lei Eleitoral demonstra claramente a intenção de dar publicidade à vida do candidato, de modo que os eleitores possam melhor conhecer os participantes do pleito. Com esse projeto, ele disse que deseja tornar mais transparentes as disputas eleito-



Jefferson explicou que seu projeto visa tornar mais transparentes as disputas eleitorais

rais.

— Outro importantíssimo intuito contido nesta proposição é o de se evitar que o eleito venha, no exercício do mandato, a ser questionado por atos ocorridos antes da eleição. Assim, o candidato

deverá divulgar toda e qualquer ação judicial de que seja parte — afirmou o senador em defesa do projeto.

Jefferson disse que a regra que pretende estabelecer valerá para todos os ramos do Direito — civil, criminal, trabalhista, eleitoral, militar, diferentemente do estabelecido atualmente pela Lei Eleitoral, em que o candidato necessita apresentar apenas as certidões criminais.

Além disso, o projeto determina que o candidato deverá relacionar as ações em andamento e não apenas as condenações já transitadas em julgado. Outra novidade é que a proposta alcança as situações pré-processuais, ou seja, os inquéritos policiais e administrativos nos quais o candidato é investigado.

Simon diz que PMDB terá candidato à Presidência

Ao fazer uma análise do quadro político para as eleições deste ano, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) assegurou que, ao contrário de recentes notícias veiculadas pela imprensa, o seu partido terá candidato próprio à Presidência da República. Ele lembrou a história política do PMDB e criticou aqueles que têm apregoado a impossibilidade de o partido concorrer ao cargo.

— O PMDB não será vice de Roseana ou do Serra. É importante que o eleitor saiba que o nosso partido foi o único que já realizou convenção nacional em que 98,7% dos filiados votaram pela candidatura própria para presidente — disse o senador

Para Simon, tanto a mídia quanto os líderes de seu partido — ele citou o senador Renan Calheiros (AL) e o deputado Michel Temer (SP) — que têm defendido o oposto estão prestando um desserviço ao PMDB e ao país. “O que os candidatos dos outros partidos têm que os quadros do PMDB não têm?”, indagou, lembrando os nomes de Iris Rezende (GO), José Sarney (AP), Itamar Franco (MG),

Roberto Requião (PR) e o dele próprio como capazes de disputar as eleições pelo partido.

— Como pode um líder estar negociando em nome do partido se ainda não existe uma decisão final sobre o nome, o que só ocorrerá nas prévias do mês que vem? — questionou Simon, aproveitando para conclamar os vereadores, prefeitos e demais correligionários a comparecerem às prévias para escolher o candidato do partido.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) alertou para a possibilidade de o PMDB não poder ter candidato próprio à Presidência, caso o Tribunal Superior Eleitoral decida nesta terça-feira que as coligações partidárias deverão valer para todos os níveis eleitorais.

— Em tese eu concordo com a idéia de fortalecermos as coligações, mas agora, que os entendimentos, acordos e regras eleitorais já estão definidos, a lei não pode ser modificada. Isso precisa ser visto com um ano de antecedência e a prerrogativa de definir uma legislação dessa ordem é do Congresso — argumentou Simon.



Pedro Simon criticou os que têm apregoado que o PMDB não pode disputar o cargo

PRÉ-CANDIDATURA

Simon confirmou sua pré-candidatura à Presidência da República e informou que já tem em mente um plano de governo, que deverá resgatar a ética e recuperar o setor social do país. “Nós temos que ter um projeto viável e urgente para acabar com a fome, a miséria e apenas aceitar o pagamento de juros aos bancos internacionais que não sejam absurdos”, disse.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) concordou com Simon, observando que as decisões do PMDB têm impacto na política nacional. Também em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que é legítima a candidatura de Simon, um dos fundadores do partido.

Quintanilha pede recuperação da rodovia Belém-Brasília

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apontou na sexta-feira o precário estado de conservação da Belém-Brasília — rodovia de integração por onde passam 2.500 veículos por dia —, e fez um apelo em favor do rápido início da operação tapa-buracos na estrada.



Leomar Quintanilha denunciou precariedade da situação da estrada

ano motivou o rompimento de vários trechos da Belém-Brasília. Com isso, muitos usuários da rodovia acabaram obrigados a buscar alternativas para a continuação da viagem. Os desvios, diversas vezes, ocorreram pelas estradas estaduais do Tocantins, que ficaram muito dani-

ficadas.

— A rodovia precisa urgentemente ser socorrida. A luta pela conservação da Belém-Brasília já dura mais de 10 anos, mas sempre que chega o período chuvoso as condições se tornam precaríssimas. Neste ano, quando o volume de chuvas teve um aumento impressionante, a situação da estrada piorou muito — observou.

De acordo com o senador, o grande volume de chuvas deste

Quintanilha lembrou que as estradas estaduais não foram concebidas para suportar um tráfego tão intenso como o da Belém-Brasília, onde os caminhões mais pesados chegam a transportar até 80 toneladas. “É importante que fique o alerta para se evitar o abuso do sobrepeso dos caminhões e também para que as empresas encarregadas da recuperação da rodovia o façam com mais agilidade”, disse.

Projeto de Moreira Mendes reduz o poder da Infraero

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado projeto que modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), instituindo o regime de concessão de direito real de uso para utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários e permissionários de serviços aéreos públicos. De autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), a proposta será ainda analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

A iniciativa altera o artigo 40 do CBA, de modo a impedir que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), responsável pela administração dos aeroportos brasileiros, possa retomar de companhias aéreas quaisquer áreas a elas cedidas para instalações de despachos, escritórios, oficinas e depósitos ou para abrigo, reparação e abastecimento de aeronaves, antes do final da vigência do contrato de concessão.

Pela legislação vigente, a administração do aeroporto pode retomar uma área cedida a um concessionário antes de expirado o prazo contratual deste, mediante

indenização ao usuário, no valor correspondente ao capital investido em benfeitorias permanentes e ainda não amortizado, bastando, para tanto, que alegue “ter necessidade da área”.

Segundo Moreira Mendes, o projeto dá maior segurança às companhias aéreas para que realizem investimentos nas áreas que ocupam. Para ele, a atual legislação gera insegurança jurídica, porque a administração do aeroporto pode retomar a área cedida à concessionária antes de expirar o prazo contratual.

O projeto estabelece que a retomada de áreas cedidas ao concessionário somente poderá ocorrer antes do final do contrato se o concessionário der-lhes uma destinação diversa daquela prevista contratualmente ou se houver descumprimento de cláusulas.

— No momento atual, em que as empresas aéreas passam por sérias dificuldades financeiras, é preciso adotar medidas que viabilizem sua recuperação, de forma a assegurar a continuidade da prestação de serviços aéreos públicos, de interesse da coletividade — destaca o senador.